

O ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO HUMANO POR MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES EFETIVAS E PRÁTICAS

*Arnaldo Gomes Ribeiro
Inês Maria Dutra e Silva
Luciana Teixeira Guimarães Christofaro
Luciana Teixeira Rezende
Manuela Xavier Lages Faria*

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o tráfico de pessoas, sua definição, as experiências e as conclusões do condado de Miami Dade-Flórida sobre os atores envolvidos na prática deste crime, o explorador sexual, a vítima e os compradores desta exploração e a forma de combate a este crime naquela localidade, a modificação do Código Penal Brasileiro após a ratificação do Protocolo de Palermo pelo Brasil; comparar a atuação do Ministério Público do Estado da Flórida-EUA com a atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do aparato estatal mineiro no que tange ao combate ao crime de tráfico de pessoas, analisar as consequências nefastas deste delito em nossas fronteiras, discutindo a problemática deste delito, quais as vítimas mais vulneráveis a esta espécie de crime, analisar e avaliar a possibilidade de implantação das boas práticas realizadas no Estado da Flórida em nosso país e em especial em Minas Gerais, principalmente no que tange à forma de abordagem às vítimas, investigação, a necessidade de unidades dedicadas ao combate desta espécie de crime, a composição desta unidade, os responsáveis pelo funcionamento do serviço e a estrutura estatal necessária para o suporte às vítimas destes crimes, na busca do combate efetivo deste crime.

Palavras-chave: Protocolo de Palermo. Tráfico de Pessoas. Estrutura Estatal. Investigação. Vítimas.

INTRODUÇÃO

O recente filme do Diretor Alejandro Monteverde, *Sound of Freedom*,¹ nos leva a uma nova reflexão da problemática do tráfico humano. Há uma cena no filme em que uma menina de apenas 11 anos de idade é abordada por uma mulher, que diz tê-la visto cantar em um festival e ter ficado encantada, propondo que ela fosse fazer umas fotos para engajá-la em uma agência de propaganda. A menina é levada por seu pai, junto com seu irmão, também

1 <https://www.imdb.com/title/tt7599146/>, acesso em 07/08/2023.

menor de idade ao local, onde se realizariam as ditas “fotos”. A mulher insiste com o pai que ele não pode acompanhar as crianças ali. O pai as deixa no local e ao final do dia, retorna para buscá-las, encontrando a sala vazia, e constatando o desaparecimento de seus filhos. Ambos foram vendidos para serem explorados sexualmente.

A problemática retratada neste filme não pode ser encarada como apenas uma ficção cinematográfica. O tráfico de pessoas é uma realidade presente no mundo e no Brasil, e, apesar de ter alcançado grande disseminação nos dias atuais, vem ocorrendo há séculos, sendo um dos crimes mais lucrativos no mundo atual, estando difundido e ocorrendo simultaneamente em todos os países, não importando se trata-se de países ricos ou pobres.²

O tráfico de pessoas é definido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos.³

O enfrentamento a este crime, que atinge diretamente a dignidade da pessoa humana, é necessário e prioritário.

EXPERIÊNCIA NORTE AMERICANA NO COMBATE AO CRIME DE TRÁFICO HUMANO:

Por meio do programa da Clínica de Justiça Criminal, intercâmbio entre a SAI (Secretaria de Assuntos Internacionais) da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e o Miami Dade’s District Attorney’s Office, foi possível verificar como esta problemática está sendo tratada naquele país, nos impondo uma reflexão de como o Ministério Público mineiro pode incrementar práticas para melhorar a forma de atuação dos Promotores de Justiça nos casos semelhantes que ocorrem em nosso Estado.

Como é sabido, a primeira convenção acerca dos direitos da criança vem em 1989, por meio das Nações Unidas, reconhecendo a criança como um

2 CAIONI, R.; TESSMANN, D. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, APÓS O PROTOCOLO DE PALERMO http://www.iennomat.com.br/revistas/judicare_arquivos/journals/1/articles/79/public/79-490-1-PB.pdf (Acesso em 06/08/2023).

3 http://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/29_UNU_pa_migrantes1.pdf - ARTIGO 3º DO PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS

ser que necessita de proteção e a relevância da família na preservação do desenvolvimento seguro da criança. Esta convenção foi seguida pela Convenção de Haia sobre proteção de crianças em 1996; pelo Estatuto de Roma, instituindo a Corte Criminal Internacional em 1998; dos esforços da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1999 acerca de eliminação das piores formas de exploração de trabalho infantil (considerada também como criança a pessoa com idade inferior a 18 anos).

Finalmente, em 2000, o Protocolo de Palermo versou sobre a convenção das nações unidas no combate ao crime organizado.

Pelo Protocolo de Palermo se buscou a prevenção, supressão e punição para o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, e uma forma de combate a este problema por todas as nações, trabalhando juntas.

Este protocolo propôs o consenso global sobre a necessidade de que todas as formas de tráfico humano sejam devidamente criminalizadas, como o tráfico visando o trabalho forçado e qualquer forma de escravidão.

O Protocolo de Palermo reconhece que o consentimento da vítima da exploração é irrelevante nestes casos (tráfico humano). Repetindo as demais convenções, a criança é considerada como sendo o ser humano com idade inferior a 18 anos e que, em se tratando de criança, não é necessária a configuração de violência, coerção ou engano para ser reconhecido o crime de tráfico humano.

Este protocolo então requer que os governos implementem esta prevenção, que processem criminalmente os responsáveis e que implementem formas de proteção às vítimas em suas leis de combate ao tráfico humano.

Nos EUA, a adoção deste protocolo levou, no caso da Flórida, em analisar o que estava sendo feito para o combate da prática de tráfico humano, qual era a infraestrutura de que dispunham para o combate efetivo deste delito.

No ano 2000, foi implementado na federação americana um ato de proteção às vítimas e, no caso da Flórida, em 2003, foi aprovado o primeiro estatuto a respeito de tráfico humano no que concerne ao tráfico com finalidade de exploração sexual e de trabalho escravo, mas que ainda não guardava semelhança com o protocolo de Palermo.

Em 2012, foi realizada uma análise profunda da infraestrutura jurídica do Estado da Flórida a respeito do tráfico de pessoas, percebendo assim em que poderia ser melhorada.

Analisando tão somente a questão do tráfico humano, sob o ponto de vista da exploração sexual de crianças, os dados apresentados indicam que uma criança, que, em média, entra na prostituição por volta de 13 anos, dá um

lucro para o explorador de \$150.000 a \$200.000 dólares todo ano, sendo que, em média, uma vítima é forçada a praticar sexo 20 vezes ou mais por dia.⁴

O Projeto Polaris (polarisproject.org), criado em 2002, se trata de uma organização não governamental, que atua no território estadunidense e visa atender vítimas e sobreviventes deste crime, e, através de uma linha direta de telefone (*hotline*) Nacional de Tráfico Humano, contribuiu para o levantamento de dados que foram utilizados para entender como o tráfico humano realmente trabalha, em tempo real, possibilitando, também o uso dos dados obtidos para se buscar estratégias para interromper e prevenir o tráfico humano.

No caso específico do Miami Dade's District Attorney's Office a análise destes dados permitiu verificar que os casos que estavam sendo processados eram muito inferiores aos casos recebidos por meio da *hotline* do projeto Polaris. O cotejamento destes dados levou à conclusão da necessidade de que houvesse uma unidade dedicada ao combate do tráfico de pessoas.

Naquele país percebeu-se que antigamente o comércio sexual se dava nas ruas, e era possível verificar o que estava ocorrendo por meio das viaturas da polícia em um patrulhamento de rotina, mas todo esse comércio ilícito migrou para o ambiente *on line*, atingindo proporções muito maiores.

A apuração da realidade daquele país com relação à prática deste crime levou a análise, pelos norte-americanos, de sua estrutura e do que era necessário para o combate desta nefasta prática.

Conforme exposto por Brenda Mezick, Procuradora-Geral Adjunta do 11º Circuito Judicial e Chefe da Unidade de Tráfico de Pessoas na Procuradoria do Estado da Flórida, em aula em 14/12/2022, ministrada no mencionado intercâmbio promovido pela SAI, observou-se que crianças são aliciadas cerca de 48 horas após fugirem de suas casas, sendo também vulneráveis as crianças institucionalizadas em abrigos (crianças vítimas de violência, maus tratos e portanto afastadas de seus lares de origem e abrigadas). O aliciamento se dava, por exemplo, quando elas se dirigiam para a escola e, em um caso em específico que esteve sob os cuidados de Brenda, uma das crianças faltou à escola, por causa do aliciamento, 52 vezes, antes que alguém percebesse que algo estava ocorrendo. Esta criança, inclusive, possuía déficit cognitivo.⁵

Com base na sua experiência foi elaborada uma lista, um conjunto de circunstâncias que nos permite a identificação de vítimas de tráfico humano: Fugas, faltas injustificadas na escola; a existência de namorados mais velhos; as vítimas possuírem aparelho celular ou acesso a um aparelho tecnológico que não é viável financeiramente a elas; mudança de comportamento; aparência (cabelo, unhas feitas), estar em posse de dinheiro; aparecem com tatuagens (que são realizadas pelo explorador com o objetivo marcá-las -

4 Aula ministrada por Brenda Mezick, Procuradora-Geral Adjunta do 11º Circuito Judicial e Chefe da Unidade de Tráfico de Pessoas na Procuradoria do Estado da Flórida em 14/12/2022, por meio da SAI/intercâmbio com o *Miami Dade's District Attorney's Office*, na plataforma zoom, acesso restrito aos participantes da Clínica de Justiça Criminal

5 Idem Aula ministrada por Brenda Mezick, Procuradora-Geral Adjunta do 11º Circuito Judicial e Chefe da Unidade de Tráfico de Pessoas na Procuradoria do Estado da Flórida em 14/12/2022, por meio da SAI/intercâmbio com o *Miami Dade's District Attorney's Office*, na plataforma zoom, acesso restrito aos participantes da Clínica de Justiça Criminal

branding), aparecem contaminadas com DST's (doenças sexualmente transmissíveis), AIDS, grávidas; com sinais de maus tratos e de violência sexual; com seus documentos retidos por terceiros; quando atendidas no serviço de saúde, outra pessoa se expressa pela vítima, controlando o discurso.

As vítimas de tráfico humano são submetidas a intensos traumas: são vendidas para o sexo, várias vezes por dia; são agredidas; açoitadas, queimadas; psicologicamente torturadas; drogadas e viciadas em drogas; infectadas por DST's, infectadas com HIV/AIDS e engravidadas.

A *internet* e o advento de redes sociais, levou também a uma evolução do explorador sexual (vulgarmente conhecido por *cafetão*, *rufião* ou *proxeneta*), sendo acessível na rede até mesmo livros, "blogs" sobre a função de um explorador sexual, dando dicas de como se tornar um.

Também é importante observar que não só cafetões exploram este comércio sexual, mas também famílias exploram sexualmente suas crianças, como forma de sustentar o vício em drogas, por exemplo.

Foi observado ainda, em Miami, que a exploração sexual não ocorre mais apenas na periferia, mas também em bairros de classe média, à vista de todos, que sequer percebem o que ocorre na vizinhança. Em um dos casos, que Brenda Mezick atuou, húngaros alugaram uma boa casa em um bom bairro de Miami, chegaram a convidar vizinhos para uma festa nos jardins da casa e no interior do imóvel se desenvolvia a exploração sexual de vítimas mulheres, sem que qualquer vizinho desse notícia deste grave fato.

Questionou-se, neste caso em específico, dos motivos pelos quais as vítimas ficavam ali, porque elas não pediam ajuda, já que não estavam presas ou acorrentadas na casa.

A resposta está no fato de que entre a idade de 05 e 20 anos, o cérebro está passando por um estado de maturação do córtex frontal que vai até os 24 a 25 anos de idade e que a ocorrência de trauma por períodos prolongados e grande intensidade de estresse altera este desenvolvimento cerebral, o que faz com que o cérebro destas vítimas se desenvolva de maneira diferente.

Como o córtex pré-frontal é a área cerebral responsável pelo pensamento crítico, tomada de decisão, autocontrole, planejamento, atenção, controle de emoção, riscos e impulsos⁶ e ainda não está propriamente desenvolvido no ser humano dos 05 aos 20 anos de idade, percebeu-se que, quando as vítimas destes crimes eram entrevistadas, elas não respondiam ou não davam explicações coerentes sobre os motivos, por exemplo, de terem entrado no carro dos compradores do serviço sexual, ou porque se submeteram a estas práticas.

6 <https://developingchild.harvard.edu/resources/the-brain-circuits-underlying-motivation-an-interactive-graphic/>, acesso em 07/08/2023.

No adolescente, é a amígdala, a área do cérebro associada as emoções, aos impulsos, agressividade e ao comportamento instintivo é que é utilizada e não o córtex frontal, ainda em desenvolvimento. Em consequência disso, não há pensamento crítico na tomada de uma decisão, mas sim o agir por impulso.⁷

Logo, caso o profissional que está apurando o crime tenha uma abordagem sobre a punição ou consequências dos atos praticados pelas vítimas, isso desmotiva a vítima a continuar atenta ao entrevistador. O jovem menor de 24 anos, pensa uma coisa e sente outra, age por impulso, interpreta erroneamente o comportamento social e as emoções, se arrisca ou age inapropriadamente, se engana sobre a interpretação de fatos.

Lado outro, o estudo da biologia do estresse é interessante para que se perceba que muito medo ou estresse por muito tempo promove alterações cerebrais. Durante uma entrevista pós-crime, por exemplo, o corpo da vítima ainda pode estar reagindo ao medo, mesmo não havendo mais ameaça. Observa-se que gatilhos podem causar recaídas, que o cérebro não consegue pensar racionalmente. O trauma gera efeitos como perda da memória recente, na habilidade de recontar a história em uma linha cronológica, em controlar o emocional, na habilidade da vítima de prestar atenção, ficar focada e permanecer motivada a contar o que lhe aconteceu.

Concluiu o Ministério Público de Miami que, para entrevistar uma vítima de trauma, faz-se imprescindível tentar recuperar a memória recente que pode estar ligada a outras experiências sensoriais, perguntando, por exemplo, sobre o que viu, o que ouviu, que tipo de cheiro sentiu. Logo, o modo de entrevista da vítima é completamente diferente de uma vítima que não passou por uma experiência de trauma de violência sexual.

A experiência norte americana revelou, ainda, que somente retirando a vítima do lugar onde ela estava sendo explorada não é suficiente para que o trauma seja cessado, tampouco para que esta vítima volte ao normal imediatamente.

Importante considerar, ainda, que a investigação não pode ser construída a partir da vítima, ainda que todo o trabalho seja centrado na vítima, é necessário buscar todas as evidências digitais possíveis, implementar estratégias de acusação, talvez apurando o envolvimento do explorador em outros crimes, para buscar retirá-lo de circulação (evitando a reincidência) e do convívio com a vítima, caso não haja evidências suficientes para a configuração da exploração sexual ou do tráfico humano.

Como apreendemos da experiência norte americana, importante também o trabalho conjunto com a equipe multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos etc.), que deve integrar a força tarefa. A equipe deve estar disponível para o atendimento 24 horas por dia, acessando os serviços de

⁷ <https://edifyeducation.com.br/blog/neurociencia-entenda-comofunciona-o-cerebro-do-adolescente/>, acesso em 06/08/2023

emergência necessários e coordenando estes serviços, e estar treinada para utilizar as técnicas adequadas de entrevista com as vítimas traumatizadas.

Foi então criada em Miami uma unidade dedicada ao tráfico humano com Promotores de Justiça dedicados ao combate a este crime, policiais exclusivos para isso, investigadores, detetives, especialistas em tratamento de vítimas para atender suas necessidades, que ainda contam com o envolvimento de organizações não governamentais, grupos religiosos, serviços de advocacia pro-bono.

Este tipo de crime traz um trauma profundo a suas vítimas, a experiência negativa a que foram submetidas vai acompanhá-las, por exemplo, no caso de vítimas crianças, até a vida adulta, sendo difícil a superação.

O enfrentamento proposto pelo Ministério Público do condado de Miami Dade em Miami, mostra-se eficiente para o combate efetivo do tráfico humano naquelas cercanias, sendo um modelo a ser considerado para implementação em nosso país.

PROVAS E EVIDÊNCIAS.

A migração deste crime das ruas para a *internet*, levou a uma ampliação das evidências, o crime passou a deixar vestígios na rede mundial de computadores, já que a vítima aliciada, a maioria das crianças, recebe um telefone celular, que contera lista de contatos, mensagens de texto, fotos, vídeos, ou seja, preciosos rastros da prática criminosa, aptos a serem utilizadas no processo criminal.

Conforme a reflexão trazida por Brenda Meznick, é importante ter em mente que as vítimas podem não colaborar durante o julgamento, fugir, e, portanto, as evidências advindas do aparelho de celular ou de estações rádio base, por exemplo, utilizadas para a geolocalização da vítima e do criminoso, podem contribuir para a condenação, mesmo que sem o testemunho da vítima.

É possível rastrear também em *sites da internet* anúncios de venda de criança para programas sexuais. Em tempos de redes sociais, é notório, ainda, o exibicionismo e a necessidade de alardear o sucesso, sendo comum deparar-se com a propaganda do explorador sexual (v. *cafetão*) também em sites/redes sociais, o que também são evidências interessantes de serem obtidas para fazerem prova no processo criminal e contribuir para a condenação dos criminosos.

COMBATE AO CRIME NA REALIDADE NACIONAL/ESTADUAL E CONCLUSÕES:

No Brasil, por meio do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, o Brasil ratificou o Protocolo de Palermo, e, assim, foi incorporada esta normativa ao ordenamento jurídico brasileiro.⁸

Posteriormente, em 2016, a Lei Federal nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, dispôs sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas, disciplinando também sobre medidas de atenção às vítimas, introduzindo o crime descrito no art. 149-A no Código Penal Brasileiro⁹:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

IV - adoção ilegal; ou [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

V - exploração sexual. [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se: [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência; [\(Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigência\)](#)

III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função;

⁸<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/conatetrap/trafico-depessoas#:~:text=Em%202004%2C%20o%20Brasil%20ratificou,norma%20ao%20ordenamento%20jur%C3%ADico%20brasileiro>, acesso em 07/08/2023

⁹ Idem.

ou (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional. (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

No caso de o tráfico ser internacional, a competência será da Justiça Comum Federal e no caso de o tráfico ser interno, a competência será da Justiça Comum Estadual.

No entanto, ainda não há no âmbito estadual mineiro, uma Unidade dedicada ao combate deste crime, uma força tarefa composta por Promotores de Justiça, policiais exclusivos, equipe multidisciplinar treinada para o acolhimento às vítimas, à semelhança do que ocorre hoje na Flórida, em específico no condado de Miami Dade. A experiência norte americana nos mostra que a prevenção e supressão deste crime demanda uma atenção especializada e ainda a parceria de organizações não governamentais.

É imprescindível, ainda, a existência de uma rede de acolhimento das vítimas, devidamente estruturada, com abrigo para o primeiro atendimento, com a disponibilização de médicos, psiquiatras, ginecologistas e uma rede para o redirecionamento desta vítima para o aparato estatal disponível, de modo a encaminhá-la para uma instituição de ensino, tratamento psicológico, inserção no mercado de trabalho.

O tráfico de pessoas em nosso país atinge a população carente, mais pobre, aliciada com promessas de emprego, melhoria de vida.

À exemplo da organização não governamental POLARIS é preciso mencionar a existência no nosso país de uma linha direta para as denúncias/notícias do crime. Hoje, discando 100 ou 180 no Brasil é possível denunciar esta espécie de crime, entretanto, a experiência demonstra que estas denúncias demoram um certo tempo para chegar ao destinatário (polícia local ou promotor de justiça mais próximo do ocorrido), o que leva a perda de evidências importantes, ou mesmo à impossibilidade de prisão em flagrante ou socorro imediato/atendimento pelo aparato assistencial das vítimas destes crimes.

O Brasil, por possuir vastas fronteiras secas, com poucos agentes para fiscalização de todas elas, é considerado um país de trânsito para o tráfico de pessoas, exploradas sexualmente, para trabalho escravo ou remoção de órgãos.

No sítio eletrônico <https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/> (Acesso em 06 de agosto 2023), é possível constatar que, no Brasil, existem 241 rotas de tráfico

internacional de exploração sexual de mulheres e adolescentes. Estas rotas estão proporcionalmente ligadas às regiões mais pobres do país, quanto mais pobre a região, maior o número de rotas de tráfico nacional e internacional de exploração sexual de mulheres e adolescentes.¹⁰

Como é notório, o sucesso da rede de tráfico de pessoas, assim como o êxito de organizações criminosas que exploram o tráfico de drogas e de armas, em nosso país, reside na ineficiência do sistema de fiscalização do estado e na corrupção dos que deveriam fiscalizar.

Imprescindível se considerar que a busca de evidências e o desfecho de um processo criminal exitoso para a condenação destes criminosos que atuam na seara ilícita do tráfico humano, dependem de treinamento de profissionais que atuarão no combate a este crime, sejam os policiais, os membros do Ministério Público ou a equipe multidisciplinar, para que tenham a sensibilidade e a inteligência necessária para, em entrevista com a vítima, por exemplo, buscar provas suficientes, com a correta abordagem, para a concreta apuração do crime em comento.

A ideia de implementação de uma unidade dedicada ao combate a esta espécie de crimes deve ser considerada com urgência, para o atendimento efetivo às vítimas e combate eficiente ao crime de tráfico humano.

Além disso, necessária a existência de uma rede eficiente e devidamente estruturada de atendimento, onde poderão as vítimas receberem o apoio necessário para se recuperar e superar os traumas a que foram submetidas (abrigo, atendimento psicológico, psiquiátrico, ginecológico, etc.). Com os recursos escassos de que dispõe o governo brasileiro, fundamental, ainda, o apoio das organizações não governamentais, até mesmo na busca de fundos para ser possível o incremento da estrutura do estado para o atendimento às vítimas e para a apuração do crime.

A experiência norte americana, se bem implementada no Brasil e neste Estado da Federação, dará a oportunidade de um combate mais efetivo a tão nefasta e odiosa prática criminosa que desvirtua os mais vulneráveis, crianças e mulheres.

REFERÊNCIAS:

<https://www.imdb.com/title/tt7599146/>, acesso em 07/08/2023.

CAIONI, R. e TESSMANN, D. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, APÓS O PROTOCOLO DE PALERMO
http://www.ienomat.com.br/revistas/judicare_arquivos/journals/1/articles/79/public/79-490-1-PB.pdf (Acesso em 06/08/2023).

¹⁰ <https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/> (Acesso em 06 de agosto 2023).

http://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/29_UNU_pa_migrantes1.pdf - ARTIGO 3º DO PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS- acesso em 06/08/2023

Aula ministrada por Brenda Mezick, Procuradora-Geral Adjunta do 11º Circuito Judicial e Chefe da Unidade de Tráfico de Pessoas na Procuradoria do Estado da Flórida em 14/12/2022, por meio da SAI/intercâmbio com o *Miami Dade's District Attorney's Office*, na plataforma zoom, acesso restrito aos participantes da Clínica de Justiça Criminal.

<https://developingchild.harvard.edu/resources/the-brain-circuits-underlying-motivation-an-interactive-graphic/>, acesso em 07/08/2023.

<https://edifyeducation.com.br/blog/neurociencia-entenda-comofunciona-o-cerebro-do-adolescente/>, acesso em 06/08/2023

<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/conatetrap/trafico-de-pessoas#:~:text=Em%202004%2C%20o%20Brasil%20ratificou,norma%20ao%20ordenamento%20jur%C3%ADdico%20brasileiro>, acesso em 07/08/2023.

<https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/> (Acesso em 06 de agosto 2023),

COMBATING HUMAN TRAFFICKING BY IMPLEMENTING EFFECTIVE AND PRACTICAL ACTIONS

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss human trafficking, its definition, the experiences and conclusions of the Miami Dade-Florida county on the actors involved in this crime, the sexual exploiter, the victim and the buyers of this exploitation and the way to fight against this crime in that place, the modification of the Brazilian Penal Code after the ratification of the Palermo Protocol by Brazil; compare the performance of the Public Prosecutor's Office of the State of Florida-USA with the performance of the Public Prosecutor's Office of the State of Minas Gerais and the Minas Gerais state structure regarding the fight against the crime of human trafficking, analyze the harmful consequences of this crime in our borders, discussing the problem of this crime, which victims are most vulnerable to this type of crime, analyzing and evaluating the possibility of implementing good practices carried out in the State of Florida in our country and especially in Minas Gerais, especially with regard to the approach to victims, investigation, the need for units dedicated to combating this type of crime, the composition of this unit, those responsible for operating the service and the state structure necessary to support the victims of these crimes, in the search for an effective fight against this crime.

Keywords: Palermo Protocol. Human Trafficking. State Structure. Investigation. Victims.

INTRODUCTION

Director Alejandro Monteverde's recent film, *Sound of Freedom*,¹ leads us to a new reflection on the issue of human trafficking. There is a scene in the movie in which an 11-year-old girl is approached by a woman, who claims to have seen her sing at a festival and was enchanted, proposing that she go and take some pictures to enroll her in an advertising agency. The girl is taken by her father, along with her brother, also a minor, to the place where the so-called "photos" would be taken. The woman insists with the father that he cannot accompany the children in there. The father leaves them there and, at the end of the day, returns to pick them up, finding the room empty, and noticing the disappearance of his children. Both were sold to be sexually exploited.

1 <https://www.imdb.com/title/tt7599146/>, access in 08/07/2023.

The problem portrayed in this movie cannot be seen as just a cinematographic fiction. Human trafficking is a present reality in the world and in Brazil, and, despite having achieved great dissemination today, it has been occurring for centuries, being one of the most lucrative crimes in the world today, being widespread and occurring simultaneously in all countries, regardless of whether they are rich or poor ones.²

Trafficking persons is defined as the recruitment, transport, transfer, harboring or receiving of persons, using threat or use of force or other forms of coercion, abduction, fraud, deception, abuse of authority or situation of vulnerability or the giving or accepting payments or benefits to obtain the consent of a person having authority over another for the purpose of exploitation. Exploitation includes, at a minimum, the exploitation of the prostitution of others or other forms of sexual exploitation, forced labor or services, slavery or practices similar to slavery, servitude or the removal of organs.³

Confronting this crime, which directly affects the dignity of the human being, is necessary and a priority.

NORTH AMERICAN EXPERIENCE IN FIGHTING THE HUMAN TRAFFICKING CRIME:

Por Through the Criminal Justice Clinic program, an exchange between the SAI (International Affairs Secretariat) of the Attorney General of the State of Minas Gerais and the Miami Dade's District Attorney's Office, it was possible to verify how this problem is being treated in that country, imposing on us a reflection on how the Public Prosecutor's Office of Minas Gerais can increase practices to improve the way in which the Public Prosecutors act in similar cases that occur in our State.

As is known, the first convention on the rights of children comes in 1989, through the United Nations, recognizing the child as a being that needs protection and the importance of the family in preserving the safe development of a child. This convention was followed by the Hague Convention on the Protection of Children in 1996; by the Rome Statute, establishing the International Criminal Court in 1998; of the efforts of the ILO (International Labour Organization) in 1999 on the elimination of the worst forms of

2 CAIONI, R.; TESSMANN, D. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, APÓS O PROTOCOLO DE PALERMO (in free translation: INTERNATIONAL TRAFFICKING OF PEOPLE IN BRAZIL, AFTER THE PALERMO PROTOCOL) http://www.ienomat.com.br/revistas/judicare_arquivos/journals/1/articles/79/public/79-490-1-PB.pdf (Access on 08/06/2023).

3 http://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/29_UNU_pa_migrantes1.pdf - ARTICLE 3 OF THE ADDITIONAL PROTOCOL TO THE UNITED NATIONS CONVENTION AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME RELATING TO THE PREVENTION, SUPPRESSION AND PUNISHMENT OF TRAFFICKING PERSONS, ESPECIALLY WOMEN AND CHILDREN.

exploitation of child labor (also considered as a child the person under 18 years of age).

Finally, in 2000, the Palermo Protocol dealt with the United Nations Convention on Combating Organized Crime.

The Palermo Protocol sought to prevent, suppress and punish trafficking persons, especially women and children, and it showed a way to combat this problem by all nations, working together.

This protocol proposed global consensus on the need for all forms of human trafficking to be properly criminalized, such as trafficking for forced labor and any form of slavery.

The Palermo Protocol recognizes that the consent of the victim of exploitation is irrelevant in these cases (human trafficking). Repeating the other conventions, the child is considered to be a human being under the age of 18 and that, in the case of a child, the configuration of violence, coercion or deceit is not necessary for the crime of human trafficking to be recognized.

This protocol then requires governments to implement this prevention, that they prosecute those responsible and implement victim protections in their anti-human trafficking laws.

In the USA, adopting this protocol led, in the case of Florida, to having what was being done to combat the practice of human trafficking analyzed, and what the infrastructure they had to effectively combat this crime was.

In the year 2000, an act to protect victims was implemented in the American federation and, in the case of Florida, in 2003, the first statute regarding human trafficking was approved with regard to trafficking for the purpose of sexual exploitation and slavery, but which still bore no resemblance to the Palermo protocol.

In 2012, an in-depth analysis of the legal infrastructure of the State of Florida regarding human trafficking was carried out, therefore realizing where it could be improved.

Analyzing solely the issue of human trafficking, from the point of view of the sexual exploitation of children, the data presented indicate that a child, who, on average, enters prostitution around the age of 13, brings in a profit of \$150,000 to \$200,000 a year to the exploiter, with the average victim being forced to have sex 20 or more times a day.⁴

The Polaris Project (polarisproject.org), created in 2002, is a non-governmental organization that operates in the United States and aims to assist victims and survivors of this crime, and, through a direct national telephone line (hotline) of Human Trafficking, it contributed to the collection of data that were used to understand how human trafficking really works, in real time, also

⁴ Class taught by Brenda Mezick, Deputy Attorney General of the 11th Judicial Circuit and Chief of the Human Trafficking Unit at the Florida State Attorney's Office on 12/14/2022, through SAI/exchange with Miami Dade's District Attorney's Office, on the zoom platform, access restricted to participants of the Criminal Justice Clinic.

enabling the use of the data obtained to seek strategies to stop and prevent human trafficking.

In the specific case of the Miami Dade's District Attorney's Office, the analysis of these data allowed us to verify that the cases being processed were much lower than the cases received through the Polaris project hotline. Comparing these data led to the conclusion that there was a need for a unit dedicated to combating human trafficking.

In that country, it was noticed that, in the past, the sex trade took place on the streets, and it was possible to check what was happening through police vehicles in a routine patrol, but all this illicit trade migrated to the online environment, reaching much larger proportions.

The verification of the reality of that country in relation to the practice of this crime led to the analysis, by the North Americans, of its structure and of what was necessary to combat this nefarious practice.

As explained by Brenda Mezick, Deputy Attorney General of the 11th Judicial Circuit and Head of the Human Trafficking Unit at the Florida State Attorney's Office, in a class on 12/14/2022, taught in the mentioned exchange promoted by the SAI, it was observed that children are enticed about 48 hours after fleeing their homes, and children institutionalized in shelters are also vulnerable (children who are victims of violence, mistreatment and therefore removed from their homes of origin and sheltered). The enticement took place, for example, when they were heading to school and, in a specific case that was under Brenda's care, one of the children was absent from school, because of the enticement, 52 times, before anyone realized that something was happening. This child actually had a cognitive impairment.⁵

Based on their experience, a list was drawn up, a set of circumstances that allows us to identify victims of human trafficking: Escapes, unexcused absences from school; the existence of older boyfriends; victims having a cell phone or access to a technological device that is not financially viable for them; behavior change; appearance (hair, manicured nails), being in possession of money; they show up with tattoos (which are made by the exploiter with the aim of marking them - branding), they appear contaminated with STDs (sexually transmitted diseases), AIDS, pregnant; with signs of abuse and sexual violence; with their documents retained by third parties; when assisted at any health service, another person speaks for the victim, controlling the speech.

The victims of human trafficking are subjected to intense trauma: they are sold for sex several times a day; are attacked; flogged, burned; psychologically tortured; drugged and addicted to drugs; infected with STDs, infected with HIV/AIDS and gotten pregnant.

⁵The same/ Class taught by Brenda Mezick, Deputy Attorney General of the 11th Judicial Circuit and Chief of the Human Trafficking Unit at the Florida State Attorney's Office on 12/14/2022, through SAI/exchange with Miami Dade's District Attorney's Office, on the zoom platform, access restricted to participants of the Criminal Justice Clinic.

The internet and the advent of social networks also led to an evolution of the sexual exploiter (commonly known as *pimp*, *hustler* or *whoreman*), having accessible on the internet even books, “blogs” about the function of a sexual exploiter, giving tips on how to become one.

It is also important to observe that not only pimps exploit this sex trade, but families also sexually exploit their children, as a way of sustaining drug addiction, for example.

It was also observed, in Miami, that sexual exploitation no longer happens only in the working-class suburbs, but also in middle-class neighborhoods, in plain sight, who do not even notice what is happening in their neighborhood. In one of the cases in which Brenda Mezick acted, Hungarians rented a nice house in a good neighborhood in Miami, even invited neighbors to a party in the gardens of the house and inside the property the sexual exploitation of female victims took place, without any neighbor having given news of this serious fact.

In this specific case, questions were asked about the reasons why the victims stayed there, and why they did not ask for help, since they were not trapped or chained in the house.

The answer lies in the fact that between the ages of 05 and 20 years-old, the brain is going through a state of frontal cortex maturation that lasts until 24 to 25 years of age, and the occurrence of trauma for long periods of time and great intensity of stress, alters this brain development, which causes the brains of these victims to develop differently.

As the prefrontal cortex is the area of the brain responsible for critical thinking, decision making, self-control, planning, attention, emotion control, risk-taking and impulses⁶ and it is still not properly developed in humans from 05 to 20 years of age, it was noticed that, when the victims of these crimes were interviewed, they did not respond or did not give coherent explanations about the reasons, for example, for having got into the car of the buyers of the sexual service, or why they submitted to these practices.

In adolescence, it is the amygdala, the area of the brain associated with emotions, impulses, aggression and instinctive behavior, that is used, not the still developing frontal cortex. As a result, there is no critical thinking when making a decision, but rather acting on impulse.⁷

Therefore, if the professional who is investigating the crime has an approach to the punishment or consequences of the acts committed by the victims, this discourages the victim from remaining attentive to the interviewer.

6 <https://developingchild.harvard.edu/resources/the-brain-circuits-underlying-motivation-an-interactive-graphic/>, access on 08/07/2023.

7 <https://edifyeducation.com.br/blog/neurociencia-entenda-comofunciona-o-cerebro-do-adolescente/>, access on 08/06/2023.

Young people under 24 years of age think one thing and feel another, act on impulse, misinterpret social behavior and emotions, take risks or act inappropriately, misinterpret facts.

On the other hand, the study of the biology of stress is interesting for realizing that a lot of fear or stress for a long time promotes brain changes. During a post-crime interview, for example, the victim's body may still be reacting to fear even though the threat is no longer present. It is observed that triggers can cause relapses, which the brain cannot think rationally. Trauma generates effects such as losses of recent memory, ability to retell the story in a timeline, emotional control, the victim's ability to pay attention, stay focused and remain motivated to tell what happened to them.

The Miami Public Prosecutor's Office concluded that, in order to interview a trauma victim, it is essential to try to recover recent memory that may be linked to other sensory experiences, asking, for example, about what they saw, what they heard, what kind of smell there was. Therefore, the way to interview these victims is completely different from victims who have not gone through a sexual violence traumatic experience.

The North American experience also revealed that just removing the victim from the place where they were being exploited is not enough for the trauma to cease, nor for the victim to return to normal immediately.

It is also important to consider that the investigation cannot be built from the victim - although all the work is centered on the victim, it is necessary to seek all possible digital evidence, implement prosecution strategies, perhaps investigating the involvement of the exploiter in other crimes, to seek to remove them from circulation (avoiding recurrence) and from living with the victim, in case there is not enough evidence to configure sexual exploitation or human trafficking.

As we learned from the North American experience, it is also important to work together with the multidisciplinary team (social workers, psychologists, etc.), which must be part of the task force. The team must be available to provide assistance 24 hours a day, accessing the necessary emergency services and coordinating these services, and they must also be trained to use the appropriate techniques for interviewing trauma victims.

A unit dedicated to human trafficking was then created in Miami, with Public Prosecutors dedicated to fighting this crime, police officers dedicated solely to this, investigators, detectives, specialists in treating victims to meet their needs, who also have the involvement of non-governmental organizations, religious groups, pro bono legal services.

This type of crime brings a deep trauma to its victims, the negative experience to which they were submitted will accompany them, for example, in the case of child victims, until adulthood, being difficult to overcome.

The confrontation proposed by the Miami Dade County Public Prosecutor's Office in Miami is efficient for the effective fight against human trafficking in those surroundings, being a model to be considered for implementation in our country.

PROOF AND EVIDENCE.

The migration of this crime from the streets to the Internet led to an increase in evidence, the crime began to leave traces on the world wide web, since the enticed victim, mostly children, receives a cell phone, which will contain a list of contacts. , text messages, photos, videos, that is, precious traces of criminal activity, able to be used in criminal proceedings.

According to the reflection brought by Brenda Meznick, it is important to keep in mind that the victims may not cooperate during the trial, run away, and therefore, the evidence from the cell phone or radio base stations, for example, used for the geolocation of the victim and the criminal, can contribute to the conviction, even without the victim's testimony.

It is also possible to track advertisements for the sale of children for sexual programs on Internet sites. In times of social networks, exhibitionism and the need to brag about success are notorious, and it is common to come across sexual exploiters' propaganda (v. *pimp*) also on websites/social networks, which is also interesting evidence to be obtained to provide proof in criminal proceedings and contribute to the conviction of the criminals.

FIGHTING CRIME IN THE NATIONAL/STATE REALITY AND CONCLUSIONS:

In Brazil, through Decree no. 5,017, of March 12, 2004, Brazil ratified the Palermo Protocol, and this regulation was then incorporated into the Brazilian legal system.⁸

Later, in 2016, Federal Law no. 13,344, of October 6, 2016, provided for the prevention and repression of internal and international trafficking of persons, also regulating measures to care for victims, introducing the crime described in art. 149-A in the Brazilian Penal Code⁹:

Art. 149-A. Acting as an agent, enticing, recruiting, transporting, transferring, buying, lodging or receiving a person, through serious threat, violence, coercion, fraud or abuse, with

⁸<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/conatetrap/trafico-depessoas#:~:text=Em%202004%2C%20o%20Brasil%20ratificou,norma%20ao%20ordenamento%20jur%C3%ADdico%20brasileiro>, access on 08/07/2023

⁹ Same as previous.

the purpose of: [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

I - remove organs, tissues or body parts; [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

II - submitting her to work in conditions similar to that of a slave; [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

III – submitting her to any kind of servitude; [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

IV – illegal adoption; or [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

V - sexual exploitation. [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

Penalty - imprisonment from 4 (four) to 8 (eight) years and a fine. [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

§ 1– The penalty is increased by one-third to one-half if: [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

I - the crime is committed by a public official in the exercise of their duties or on the pretext of exercising them; [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

II - the crime is committed against a child, adolescent or elderly or disabled person; [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

III - the agent takes advantage of kinship, domestic, cohabitation, hospitality, economic dependence, authority or hierarchical superiority inherent to the exercise of employment, position or role; or [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

IV - the victim of human trafficking is removed from national territory. [\(Included by Law no. 13,344, of 2016\)](#) [\(Term\)](#)

§ 2- The penalty is reduced by one to two thirds if the agent is first-time offender and is not part of a criminal organization.

In case the trafficking is international, the competence will be of the Common Federal Justice and in case the trafficking is internal, the competence will be of the Common State Justice.

However, there is still no Unit dedicated to combating this crime at the state of Minas Gerais, a task force composed of Public Prosecutors, exclusive police officers, a multidisciplinary team trained to welcome victims, similar to what happens nowadays in Florida, specifically in the Miami Dade County. The North American experience shows us that the prevention and suppression of

this crime demands specialized attention and, also, the partnership of non-governmental organizations.

It is also essential to have a properly structured victim reception network, with a first care shelter, with the availability of doctors, psychiatrists, gynecologists and a network for redirecting this victim to the state apparatus available, so that the victim can be referred to an educational institution, psychological treatment, insertion in the job market.

Human trafficking in our country affects the needy, poorest population, enticed with promises of jobs, better lives.

Following the example of the non-governmental organization POLARIS, it is necessary to mention the existence in our country of a hotline for reporting/giving news on crimes. Today, by dialing 100 or 180 in Brazil, it is possible to report this type of crime, however, experience shows that these reports take some time to reach the recipient (local police or the prosecutor closest to the incident), which leads to loss of important evidence, or even the impossibility of arrest in the act or immediate help/attendance by the assistance apparatus of the victims of these crimes.

Brazil, because it has vast dry borders, with few agents to inspect all of them, is considered a transit country for the trafficking of people, sexually exploited, for slavery or removal of organs.

On the website <https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/> (Access on August 06, 2023), it is possible to verify that, in Brazil, there are 241 international trafficking routes for the sexual exploitation of women and adolescents. These routes are proportionally linked to the poorest regions of the country, the poorer the region, the greater the number of national and international trafficking routes for sexual exploitation of women and adolescents.¹⁰

As is well known, the success of the human trafficking network, as well as the success of criminal organizations that exploit drug and arms trafficking, in our country, lies in the inefficiency of the state inspection system and in the corruption of those who should supervise.

It is essential to consider that the search for evidence and the outcome of a successful criminal process for the conviction of these criminals who work in the illicit area of human trafficking, depend on the training of professionals who will act in the fight against this crime, whether the police, members of the Prosecutor's Office or the multidisciplinary team, so that they have the necessary sensitivity and intelligence to, in an interview with the victim, for example, seek sufficient evidence, with the correct approach, for the concrete investigation of the crime in question.

¹⁰ <https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/> (Access on August 06, 2023).

The idea of implementing a unit dedicated to combating this type of crime must be urgently considered, in order to effectively assist victims and efficiently combat the crime of human trafficking.

Also, the existence of an efficient and properly structured care network is necessary, where victims can receive the necessary support to recover and overcome the traumas they have been subjected to (shelter, psychological, psychiatric, gynecological care, etc.). With the scarce resources available by the Brazilian government, the support of non-governmental organizations is also fundamental, even in the search for funds to make it possible to increase the structure of the state for assisting victims and for investigating the crime.

The North American experience, if well implemented in Brazil and in this State of the Federation, will provide the opportunity for a more effective fight against such a harmful and hateful criminal practice that distorts the most vulnerable, children and women.

REFERENCES:

<https://www.imdb.com/title/tt7599146/>, access in 08/07/2023.

CAIONI, R. and TESSMANN, D. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, APÓS O PROTOCOLO DE PALERMO (in free translation: INTERNATIONAL TRAFFICKING OF PEOPLE IN BRAZIL, AFTER THE PALERMO PROTOCOL) http://www.ienomat.com.br/revistas/judicare_arquivos/journals/1/articles/79/public/79-490-1-PB.pdf (Access on 08/06/2023).

http://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/29_ONU_pa_migrantes1.pdf - ARTICLE 3 OF THE ADDITIONAL PROTOCOL TO THE UNITED NATIONS CONVENTION AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME RELATING TO THE PREVENTION, SUPPRESSION AND PUNISHMENT OF TRAFFICKING PERSONS, ESPECIALLY WOMEN AND CHILDREN - accessed on 08/06/2023

Class taught by Brenda Mezick, Deputy Attorney General of the 11th Judicial Circuit and Chief of the Human Trafficking Unit at the Florida State Attorney's Office on 12/14/2022, through SAL/exchange with *Miami Dade's District Attorney's Office*, on the zoom platform, access restricted to participants of the Criminal Justice Clinic.

<https://developingchild.harvard.edu/resources/the-brain-circuits-underlying-motivation-an-interactive-graphic/>, Access on 08/07/2023.

<https://edifyeducation.com.br/blog/neurociencia-entenda-comofunciona-o-cerebro-do-adolescente/>, access on 08/06/2023

<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/conatetrap/trafico-de-pessoas#:~:text=Em%202004%2C%20o%20Brasil%20ratificou,norma%20ao%20ordenamento%20jur%C3%ADdico%20brasileiro>, access on 08/07/2023.

<https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/> (Accessed on August 06, 2023).

HACER FRENTE A LA TRATA DE PERSONAS MEDIANTE LA IMPLEMENTACIÓN DE ACCIONES EFECTIVAS Y PRÁCTICAS

SUMARIO

El objetivo de este artículo es discutir la trata de personas, su definición, las experiencias y conclusiones del condado de Miami Dade-Florida sobre los actores involucrados en la práctica de este crimen, el explotador sexual, la víctima y los compradores de esta explotación y la forma de combatirlo en esta localidad, la modificación del Código Penal Brasileño tras la ratificación del Protocolo de Palermo por Brasil; comparar el desempeño del Ministerio Público Fiscal del Estado de Florida-EE.UU. con el del Estado de Minas Gerais y el aparato estatal de este último con respecto al combate al crimen de la trata de personas, analizar las consecuencias nefastas de este delito en nuestras fronteras, discutiendo su problemática, qué víctimas son más vulnerables a este tipo de crimen, analizar y evaluar la posibilidad de implementar las buenas prácticas llevadas a cabo en el Estado de Florida en nuestro país y en especial en Minas Gerais, principalmente en lo que dice respecto a la forma de abordaje a las víctimas, la investigación, la necesidad de unidades dedicadas a combatirlo, la composición de estas unidades, los responsables del funcionamiento del servicio y la estructura estatal necesaria para el soporte a las víctimas de estos crímenes, en la búsqueda del combate efectivo del mismo.

Palabras clave: Protocolo de Palermo. Trata de personas. Estructura Estatal. Investigación. Víctimas.

INTRODUCCIÓN

La reciente película del director Alejandro Monteverde, *Sound of Freedom*,¹ nos lleva a una nueva reflexión sobre la problemática de la trata de personas. Hay una escena en la película en la que una niña de solo 11 años es abordada por una mujer, que dice haberla visto cantar en un festival y haberse quedado encantada con ella, proponiéndole hacer unas fotos para engancharla en una agencia de propaganda. Su padre la lleva, junto con su hermano, también menor de edad, al lugar donde se realizarían las mencionadas "fotos". La mujer insiste con el padre que él no puede acompañar a los niños allí. El padre los deja en el lugar y al final del día, regresa para buscarlos, encontrando la sala vacía, y constatando la desaparición de sus hijos. Ambos fueron vendidos para ser explotados sexualmente.

La problemática retratada en esta película no puede ser encarada como una ficción cinematográfica apenas. La trata de personas es una realidad presente en el mundo y en Brasil, y aunque ha alcanzado una gran difusión en los días actuales, ha estado ocurriendo durante siglos, siendo uno de los

1 <https://www.imdb.com/title/tt7599146/>, acceso en 07/08/2023.

crímenes más lucrativos en el mundo de hoy, difundiéndose y ocurriendo simultáneamente en todos los países, sin importar si se trata de países ricos o pobres.²

La trata de personas se define como la captación, el transporte, el traslado, el alojamiento o la acogida de personas, recurriendo a la amenaza o al uso de la fuerza o a otras formas de coacción, secuestro, fraude, engaño, abuso de autoridad o situación de vulnerabilidad, o la entrega o aceptación de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de una persona que tenga autoridad sobre otra con fines de explotación. La explotación incluye, como mínimo, la explotación de la prostitución ajena u otras formas de explotación sexual, el trabajo o servicios forzados, la esclavitud o prácticas similares a la esclavitud, la servidumbre o la extracción de órganos.³

Hacer frente a este crimen, que afecta directamente a la dignidad de la persona, es necesario y prioritario.

EXPERIENCIA NORTEAMERICANA EN EL COMBATE CONTRA EL CRIMEN DE TRATA DE PERSONAS:

Mediante el programa de la Clínica de Justicia Criminal, un intercambio entre la SAI (Secretaría de Asuntos Internacionales) de la Procuraduría General de Justicia del Estado de Minas Gerais y la del distrito de Miami (Dade's District Attorney's Office), fue posible verificar cómo esta problemática está siendo tratada en este país, imponiéndonos una reflexión de cómo el Ministerio Público Fiscal de Minas Gerais puede incrementar las prácticas para mejorar la forma de actuación de los Fiscales en casos similares que ocurren en nuestro Estado.

Como se sabe, la primera convención sobre los derechos del niño llegó en 1989, a través de las Naciones Unidas, reconociéndolo como un ser que necesita la protección y relevancia de la familia en la preservación de su desarrollo seguro. Esta convención fue seguida por el Convenio de La Haya sobre la protección de los niños en 1996; por el Estatuto de Roma, que instituye la Corte Penal Internacional en 1998; por los esfuerzos de la OIT (Organización Internacional del Trabajo) en 1999 sobre la eliminación de las peores formas de explotación del trabajo infantil (considerándose niño a la persona menor de 18 años).

2 CAIONI, R.; TESSMANN, D. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, APÓS O PROTOCOLO DE PALERMO http://www.ienomat.com.br/revistas/judicare_arquivos/journals/1/articles/79/public/79-490-1-PB.pdf (Acceso en 06/08/2023)

3 http://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/29_UNU_pa_migrantes1.pdf - ARTIGO 3º DO PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS

Por último, en 2000, el Protocolo de Palermo versó sobre la Convención de las Naciones Unidas en la lucha contra el crimen organizado.

Por el Protocolo de Palermo se buscó la prevención, supresión y punición para la trata de personas, especialmente mujeres y niños, y una forma de combatir este problema en todas las naciones, trabajando conjuntamente.

Este protocolo propuso el consenso global sobre la necesidad de que todas las formas de trata de personas fueran debidamente criminalizadas, como el dirigido al trabajo forzado y a cualquier forma de esclavitud.

El Protocolo de Palermo reconoce que el consentimiento de la víctima de explotación es irrelevante en estos casos (la trata de personas). Repitiendo las demás convenciones, considerándose niño al ser humano menor de 18 años y que, por tratarse de un niño, no es necesaria la configuración de violencia, coerción o engaño para ser reconocido el crimen de trata de personas.

Este protocolo entonces requiere que los gobiernos implementen esta prevención, procesen criminalmente a los responsables e implementen formas de protección a las víctimas en sus leyes de combate a la trata de personas.

En Estados Unidos, la adopción de este protocolo llevó, en el caso de Florida, a analizar lo que se estaba haciendo para combatir la práctica de la trata de personas y cuál era la infraestructura de que disponían para el combate eficaz de este delito.

En el año 2000, se implementó en la federación norteamericana un acto de protección a las víctimas y, en el caso de Florida, en 2003, se aprobó el primer estatuto sobre la trata de personas con fines de explotación sexual y trabajo esclavo, pero aún no tenía semejanzas con el protocolo de Palermo.

En 2012, se realizó un análisis en profundidad de la infraestructura jurídica del Estado de Florida con respecto a la trata de personas percibiéndose que podría ser mejorada.

Analizando apenas la cuestión de la trata de personas desde el punto de vista de la explotación sexual de niños, los datos presentados indican que un niño, que, en promedio, ingresa en la prostitución alrededor de los 13 años, ofrece ganancias al explotador de \$150.000 a \$200.000 dólares cada año, siendo que, en promedio, una víctima es forzada a mantener relaciones sexuales 20 veces o más al día.⁴

El proyecto Polaris (polarisproject.org), creado en 2002, se trata de una organización no gubernamental, que actúa en el territorio estadounidense y busca atender a víctimas y sobrevivientes de este crimen, y, a través de una línea directa de teléfono (*hotline*) Línea Nacional Contra la Trata de Personas, contribuyó a la recopilación de datos que se utilizaron para entender cómo

⁴ Clase ministrada por Brenda Mezick, Procuradora General Adjunta del 11º Circuito Judicial y jefa de la Unidad de Trata de Personas en la Procuraduría del Estado de Florida en 14/12/2022, mediante SAL/intercambio con el Ministerio Público Fiscal de Miami (*Dade's District Attorney's Office*) a través de la plataforma zoom, acceso restringido a los participantes de la Clínica de Justicia Criminal

realmente funciona, en tiempo real, posibilitando también el uso de los datos obtenidos para buscar estrategias para interrumpir y prevenir este crimen.

En el caso específico del Ministerio Público Fiscal de Miami (Miami Dade's District Attorney's Office) el análisis de estos datos permitió verificar que los casos que estaban en proceso eran muy inferiores a los casos recibidos por medio de la *hotline* del proyecto Polaris. El cotejo de estos datos llevó a la conclusión de la necesidad de una unidad dedicada a la lucha contra la trata de personas.

En este país se percibió que antiguamente el comercio sexual se daba en las calles, y era posible verificar lo que ocurría por medio de los vehículos policiales en un patrullaje rutinario, pero todo este comercio ilícito migró para el ambiente *online*, alcanzando proporciones mucho mayores.

La averiguación de la realidad en este país con relación a la práctica de este crimen llevó al análisis, por parte de los norteamericanos, de su estructura y lo que era necesario para combatir esta práctica nefasta.

Según lo expuesto por Brenda Mezick, Procuradora General Adjunta del 11º Circuito Judicial y Jefa de la Unidad de Trata de Personas en la Procuraduría del Estado de Florida, en una clase el 14/12/2022, impartida en el mencionado intercambio promovido por SAI, se observó que los niños son acosados unas 48 horas después de huir de sus hogares, siendo también vulnerables los institucionalizados en albergues (niños víctimas de violencia, maltrato y por lo tanto retirados de sus hogares de origen y abrigados). El acoso se daba, por ejemplo, cuando iban para la escuela y, en un caso en específico que estaba bajo el cuidado de Brenda, una de las niñas faltó a la escuela, a causa del acoso, 52 veces, antes que alguien notara que algo estaba ocurriendo. Esta niña, incluso, era portadora de deterioro cognitivo.⁵

A partir de su experiencia se ha elaborado una lista, un conjunto de circunstancias que nos permiten identificar a las víctimas de la trata de personas: fugas, ausencias injustificadas en la escuela; existencia de novios mayores; poseer un teléfono móvil o acceso a un dispositivo tecnológico que no les es viable financieramente; cambio de comportamiento; apariencia (cabello, manicura), tener dinero; aparecer con tatuajes (que son realizados por el explotador con el objetivo de marcarlas - *branding*), aparecer contaminadas con ETS (enfermedades de transmisión sexual), SIDA, embarazos; signos de maltrato y violencia sexual; retención de sus documentos por terceros; cuando son atendidas en el servicio de salud, otra persona se expresa por la víctima, controlando lo que dice.

Las víctimas de la trata de personas son sometidas a intensos traumas: son vendidas para mantener relaciones sexuales varias veces al día;

⁵Ídem Clase ministrada por Brenda Mezick, Procuradora General Adjunta del 11º Circuito Judicial y jefa de la Unidad de Trata de Personas en la Procuraduría del Estado de Florida en 14/12/2022, mediante SAI/intercambio con el Ministerio Público Fiscal de Miami (*Dade's District Attorney's Office*) a través de la plataforma zoom, acceso restringido a los participantes de la Clínica de Justicia Criminal

agredidas; azotadas, quemadas; psicológicamente torturadas; drogadas y drogadictas; infectadas por ETS, VIH/SID y embarazadas.

Internet y el advenimiento de las redes sociales, también llevaron a una evolución del explotador sexual (comúnmente conocido como *chulo*, *rufián* o *proxeneta*), estando accesibles en la red libros, "blogs" sobre la función de un explotador sexual, dando consejos de cómo convertirse en uno.

También es importante observar que no solo los proxenetas explotan este comercio sexual, sino que también las familias explotan sexualmente a sus hijos como una forma de mantener la adicción a las drogas, por ejemplo.

También se observó en Miami que la explotación sexual ya no solo ocurre en la periferia, sino también en barrios de clase media, a plena vista, que ni siquiera se dan cuenta de lo que ocurre en el vecindario. En uno de los casos, en el que Brenda Mezick actuó, húngaros alquilaron una buena casa en un buen barrio de Miami, llegaron a invitar a sus vecinos a una fiesta en los jardines de la casa y en el interior del inmueble se desarrollaba la explotación sexual de víctimas mujeres, sin que ningún vecino reportara este grave hecho.

Se cuestionó, en este caso concreto, los motivos por los cuales las víctimas se quedaban allí, ya que no pedían ayuda y no estaban presas o encadenadas en la casa.

La respuesta está en el hecho de que, entre 05 y 20 años, el cerebro está pasando por un estado de maduración de la corteza frontal que va desde los 24 a 25 años y que la ocurrencia de traumas por períodos prolongados y de gran intensidad de estrés altera este desarrollo cerebral, lo que hace que el cerebro de estas víctimas se desarrolle de forma diferente.

Como la corteza prefrontal es el área del cerebro responsable por el pensamiento crítico, toma de decisiones, autocontrol, planificación, atención, control de la emoción, riesgos e impulsos⁶ y aún no está desarrollado adecuadamente en el ser humano de 05 a 20 años de edad, se notó que, cuando las víctimas de estos crímenes eran entrevistadas, no respondían o no daban explicaciones coherentes sobre los motivos, por ejemplo, de porque habían entrado en el coche de los compradores del servicio sexual, o porque se sometieron a estas prácticas.

En el adolescente, es la amígdala el área del cerebro asociada a las emociones, impulsos, agresividad y comportamiento instintivo, y es este último que se utiliza en vez de la corteza frontal, aún en desarrollo. En consecuencia, no hay pensamiento crítico en la toma de una decisión, sino el actuar por impulso.⁷

6 <https://developingchild.harvard.edu/resources/the-brain-circuits-underlying-motivation-an-interactive-graphic/>, acceso en 07/08/2023.

7 <https://edifyeducation.com.br/blog/neurociencia-entenda-comofunciona-o-cerebro-do-adolescente/>, acceso en 06/08/2023

Así, si el profesional que está apurando el crimen tiene un enfoque sobre la punición o las consecuencias de los actos cometidos por las víctimas, esto desalienta a la víctima a seguir atenta al entrevistador. El joven menor de 24 años piensa una cosa y siente otra, actúa por impulso, malinterpreta el comportamiento social y las emociones, se arriesga o actúa inapropiadamente, se equivoca sobre la interpretación de los hechos.

Por otro lado, el estudio de la biología del estrés es interesante para darse cuenta de que mucho miedo o estrés por mucho tiempo promueve alteraciones cerebrales. Durante una entrevista tras el crimen, por ejemplo, el cuerpo de la víctima aún puede estar reaccionando al miedo, aunque no haya más amenazas. Se observa que los desencadenantes pueden causar recaídas, que el cerebro no puede pensar racionalmente. El trauma genera efectos como la pérdida de la memoria reciente, la capacidad de recontar la historia dentro de una línea cronológica, el control de lo emocional, la capacidad de la víctima para mantenerse atenta, concentrarse y mantenerse motivada a contar lo que le sucedió.

El Ministerio Público Fiscal de Miami concluyó que, para entrevistar a una víctima de trauma, es imprescindible tratar de recuperar su memoria reciente que puede estar vinculada a otras experiencias sensoriales, preguntándole, por ejemplo, lo que vio, lo que oyó, qué tipo de olor sintió. Así, el modo de entrevistar a la víctima es completamente diferente del utilizado con otra víctima que no ha experimentado el trauma de la violencia sexual.

La experiencia norteamericana también reveló, que solo retirar a la víctima del lugar donde estaba siendo explotada no es suficiente para detener el trauma, ni para que esta víctima vuelva a la normalidad de inmediato.

También es importante considerar que la investigación no puede ser construida desde la víctima, aunque todo el trabajo se centre en ella, es necesario buscar todas las evidencias digitales posibles, implementar estrategias de acusación, quizás apurando la implicación del explotador en otros crímenes, buscar retirarlo de circulación (evitando la reincidencia) y de la convivencia con la víctima, caso no haya pruebas suficientes para la configuración de la explotación sexual o de la trata de personas.

Como aprendimos de la experiencia norteamericana, también es importante trabajar en conjunto con el equipo multidisciplinario (asistentes sociales, psicólogos, etc.), que deben integrar el grupo de trabajo. El equipo debe estar disponible para atención 24 horas al día, accediendo a los servicios de emergencia necesarios y coordinándolos, y estar capacitado para utilizar las técnicas de entrevista apropiadas a las víctimas traumatizadas.

Se creó entonces en Miami una unidad dedicada a la trata de personas con Fiscales dedicados a combatir este crimen, policías exclusivos para esto, investigadores, detectives, especialistas en el tratamiento de las víctimas para poder atender sus necesidades, y que cuenta aún con la participación de

organizaciones no gubernamentales, grupos religiosos, servicios de abogacía pro-bono.

Este tipo de crimen deja un trauma profundo en sus víctimas, la experiencia negativa a que fueron sometidas las acompañará, por ejemplo, en el caso de las víctimas infantiles, hasta la vida adulta, siendo difíciles de superar.

El enfrentamiento propuesto por el Ministerio Público Fiscal del condado de Miami Dade en Miami, se muestra eficaz en el combate efectivo a la trata de personas en sus cercanías, siendo un modelo a ser considerado para su implementación en nuestro país.

PRUEBAS Y EVIDENCIAS

La migración de este crimen de las calles a *internet*, llevó a una expansión de las evidencias, el crimen pasó a dejar vestigios en la red mundial de ordenadores, ya que la víctima seducida, la mayoría de los niños, recibe un teléfono móvil que contiene lista de contactos, mensajes de texto, fotos, videos, o sea, preciosos rastros de la práctica criminal, aptos para ser utilizados en el proceso criminal.

De acuerdo con la reflexión traída por Brenda Meznick, es importante tener en cuenta que las víctimas pueden no cooperar durante el juicio, huir, y por lo tanto las evidencias provenientes del dispositivo móvil o de estaciones base de radio, por ejemplo, utilizadas para la geolocalización de la víctima y del criminal, pueden contribuir a la condena, incluso sin el testimonio de la víctima.

También es posible rastrear en *sitios web* anuncios de venta de niños para programas sexuales. En tiempos de redes sociales, es notorio, aún, el exhibicionismo y la necesidad de alardear el éxito, siendo común depararse con la propaganda del explotador sexual (v. *proxeneta*) también en sitios/redes sociales, lo que también son evidencias interesantes para conseguir pruebas para el proceso criminal y contribuir a la condena de los criminales.

COMBATE AL CRIMEN EN LA REALIDAD NACIONAL/ESTATAL Y CONCLUSIONES:

A través del Decreto nº 5.017, del 12 de marzo de 2004, Brasil ratificó el Protocolo de Palermo, y, así, se incorporó esta normativa al ordenamiento jurídico brasileño.⁸

Posteriormente, en 2016, la Ley Federal nº 13.344, de 6 de octubre de 2016, dispuso sobre la prevención y represión a la trata de personas interna e

⁸<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/conatetrap/trafico-depessoas#:~:text=Em%202004%2C%20o%20Brasil%20ratificou,norma%20ao%20ordenamento%20jur%C3%ADdico%20brasileiro>, acceso en 07/08/2023

internacionalmente, también disciplinando las medidas de atención a las víctimas, introduciendo el crimen descrito en el art. 149-A en el Código Penal Brasileño⁹:

Art. 149-A. Agenciar, acosar reclutar, transportar, transferir, comprar, alojar o acoger persona, mediante grave amenaza, violencia, coacción, fraude o abuso, con la finalidad de: [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

I - extirpar órganos, tejidos o partes del cuerpo; [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

II - someterla a trabajar en condiciones análogas a las de los esclavos; [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

III - someterla a cualquier tipo de servidumbre; [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

IV - adopción ilegal; o [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#)

V - explotación sexual. [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

Pena - reclusión, de 4 (cuatro) a 8 (ocho) años, y multa. [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

§ 1º La pena se incrementa de un tercio hasta la mitad si: [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

I – el crimen es cometido por un funcionario público en el ejercicio de sus funciones o con el pretexto de ejercerlas; [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

II – el crimen se comete contra un niño, adolescente, anciano o persona discapacitada; [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

III - el agente se prevalece de relaciones de parentesco, domésticas, convivencia, hospitalidad, dependencia económica, autoridad o superioridad jerárquica inherente al ejercicio de empleo, cargo o función; o [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

IV - la víctima de la trata de personas es retirada del territorio nacional. [\(Incluido por la Ley nº 13.344, de 2016\)](#) [\(Vigencia\)](#)

§ 2º La pena se reduce de uno a dos tercios si el agente es primario y no integra una organización criminal.

En el caso de la trata de personas internacional, la competencia cabe a la Jurisdicción Ordinaria Federal y en el caso de la trata interna, a la Jurisdicción Ordinaria Estatal.

Sin embargo, aún no existe en el ámbito estatal de Minas Gerais, una Unidad dedicada al combate de este crimen, un grupo de trabajo compuesto por Fiscales, policías exclusivos, equipo multidisciplinar capacitado para acoger a las víctimas, similar a lo que ocurre actualmente en Florida, específicamente en el condado de Miami Dade. La experiencia norteamericana nos muestra que la prevención y supresión de este crimen demanda una atención especializada y también la asociación de organizaciones no gubernamentales.

Es imprescindible también, la existencia de una red de acogida a las víctimas, debidamente estructurada, con albergue para la primera atención, con disponibilidad de médicos, psiquiatras, ginecólogos y una red para la redirección de esta víctima al aparato estatal disponible, con el fin de dirigirla a una institución educativa, tratamiento psicológico, inserción en el mercado de trabajo.

La trata de personas en nuestro país llega a la población necesitada, más pobre, seducida con promesas de empleo, mejora de vida.

Al igual que la organización no gubernamental POLARIS, es necesario mencionar la existencia en nuestro país de una línea directa para las denuncias/noticias del crimen. Actualmente, llamando al 100 o 180 en Brasil es posible denunciar esta especie de crimen, sin embargo, la experiencia demuestra que estas denuncias tardan un cierto tiempo en llegar al destinatario (policía local o fiscal más cercano a lo sucedido), lo que lleva a la pérdida de evidencias importantes, o incluso a la imposibilidad de arresto in fraganti o socorro / atención inmediata por parte del aparato asistencial a las víctimas de estos crímenes.

Brasil, al poseer vastas fronteras secas, con pocos agentes para inspeccionarlas, es considerado un país de tránsito para la trata de personas, explotadas sexualmente, trabajo esclavo o extracción de órganos.

En el sitio web <https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/> (Acceso el 06 de agosto 2023), se puede constatar que en Brasil existen 241 rutas internacionales de trata de personas para la explotación sexual de mujeres y adolescentes. Estas rutas se vinculan proporcionalmente a las regiones más pobres del país, cuanto más pobre es la región, mayor es el número de rutas nacionales e internacionales de explotación sexual de mujeres y adolescentes.¹⁰

¹⁰ <https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/> (Acceso en 06 de agosto 2023).

Como se sabe, el éxito de la red de trata de personas, así como el de las organizaciones criminales que explotan el tráfico de drogas y de armas en nuestro país, radica en la ineficacia del sistema de inspección estatal y en la corrupción de quienes deberían inspeccionarlo.

Es fundamental considerar que la búsqueda de evidencias y el resultado de una causa penal exitosa para la condena de estos delincuentes que operan en el campo ilícito de la trata de personas dependen de la capacitación de los profesionales que trabajarán para combatir este delito, sean policías, miembros del Ministerio Público Fiscal o del equipo multidisciplinario, para que tengan la sensibilidad e inteligencia necesarias para, en una entrevista con la víctima, por ejemplo, buscar pruebas suficientes, con el enfoque correcto, para la investigación concreta del delito en cuestión.

La idea de implementar una unidad dedicada a combatir este tipo de crímenes debe considerarse con urgencia, para la atención efectiva a las víctimas y el combate eficiente al crimen de la trata de personas.

Además, es necesario contar con una red de atención eficiente y debidamente estructurada, donde las víctimas podrán recibir el apoyo necesario para recuperarse y superar los traumas a que fueron sometidas (acogida, atención psicológica, psiquiátrica, ginecológica, etc.). Con los escasos recursos de que dispone el gobierno brasileño, el apoyo de las organizaciones no gubernamentales también es esencial, incluso en la búsqueda de fondos para que sea posible el incremento de la estructura del estado para la atención a las víctimas y para la investigación del crimen.

A experiência norte americana, se bem implementada no Brasil e neste Estado da Federação, dará a oportunidade de um combate mais efetivo a tão nefasta e odiosa prática criminosa que desvirtua os mais vulneráveis, crianças e mulheres.

La experiencia norteamericana, si bien implementada en Brasil y en este Estado de la Federación, dará la oportunidad de un combate más efectivo a tan nefasta y odiosa práctica criminal que desvirtúa a los más vulnerables, niños y mujeres.

REFERENCIAS:

<https://www.imdb.com/title/tt7599146/>, acceso en 07/08/2023.

CAIONI, R. e TESSMANN, D. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, APÓS O PROTOCOLO DE PALERMO
http://www.ienomat.com.br/revistas/judicare_arquivos/journals/1/articles/79/public/79-490-1-PB.pdf (Acceso en 06/08/2023).

http://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/29_UNU_pa_migrantes1.pdf - ARTIGO 3º DO PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS- acesso en 06/08/2023

Aula ministrada por Brenda Mezick, Procuradora-Geral Adjunta do 11º Circuito Judicial e Chefe da Unidade de Tráfico de Pessoas na Procuradoria do Estado da Flórida em 14/12/2022, por meio da SAI/intercâmbio com o *Miami Dade's District Attorney's Office*, na plataforma zoom, acesso restrito aos participantes da Clínica de Justiça Criminal.

<https://developingchild.harvard.edu/resources/the-brain-circuits-underlying-motivation-and-interactive-graphic/>, acesso em 07/08/2023.

<https://edifyeducation.com.br/blog/neurociencia-entenda-como-funciona-o-cerebro-do-adolescente/>, acesso em 06/08/2023

<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/conatetrap/trafico-de-pessoas#:~:text=Em%202004%2C%20o%20Brasil%20ratificou,norma%20ao%20ordenamento%20jur%C3%ADdico%20brasileiro>, acesso em 07/08/2023.

<https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/> (Acesso em 06 de agosto 2023),